



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Hruby, Hugo

O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita
da história do Brasil (1889-1912)

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 2, núm. 2, marzo, 2009, pp. 50-66

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769322004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)

The temple of holy scriptures: the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and the writing of the Brazilian history (1889-1912)

Hugo Hruby

Doutorando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

hugohruby@yahoo.com.br

Rua Assunção, 395/101

Porto Alegre - RS

91050-130

Resumo

A possibilidade de observar as ricas e contraditórias discussões sobre a institucionalização e disciplinarização dos estudos históricos é obscurecida quando partimos de um assentado caráter científico no século XIX. Nestes debates, fé, leis e razão buscavam subsidiar a História enquanto campo do conhecimento. O limiar da República, no Brasil, é um período profícuo para estes estudos pelo choque entre espaços de experiências e horizontes de expectativas de atores diversos, como a Igreja Católica, os governos republicanos, os burocratas monarquistas e os homens de letras. O objetivo deste artigo é o de analisar as propostas de escrita da História do Brasil dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na cidade do Rio de Janeiro, diante da proclamação do novo regime político em 15 de novembro de 1889.

50

Palavras-chave

Historiografia; Catolicismo; Brasil República.

Abstract

The possibility of observing the rich and contradictory discussions about the institutionalization and disciplinarization of historic studies are erased when we see them from the scientific point of view typical of the 19th century. In such debates, faith, laws and reason considered History only as a knowledge field. The start of the Republic period in Brazil is a profitable period for such studies for the shock between spaces of experience and horizons of expectations of different characters, such as the Catholic Church, Republican governments, monarchist bureaucrats and intellectuals. The purpose of this paper is to analyze the proposals in the writing of the Brazilian History by the members of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), in the city of Rio de Janeiro, when a new political regime is established on 15th November 1889.

Keyword

Historiography; Catholicism; Brazil Republic.

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

"Sendo este Instituto uma espécie de arca santa, que flutuando sobre as ondas revoltas do tempo e vencendo sua voracidade, exerce o glorioso mister de recolher a herança das gerações transactas, as lições do passado, os oráculos da história para legá-los à posteridade."
(Discurso de posse de Monsenhor Vicente Lustosa In RIHGB 1905, p. 183)

O IHGB entre a laicização e catolicização do Estado brasileiro

O fim do padroado e do regalismo imposto pela proclamação da República foi recebido pelos representantes da Igreja Católica, no Brasil, com alívio e apreensão. Os novos tempos permitiriam uma maior liberdade de ação ante o poder temporal, há muito reclamada por uma parte das lideranças eclesiais, ao mesmo tempo que limitava a esfera de ação da Igreja e dos religiosos na sociedade. Não bastassem tais incertezas, essas discussões tumultuavam ainda mais o ambiente político no início do novo regime. Monarquistas procuravam intrigar a população contra a República pela alegação de impiedade religiosa, ao passo que republicanos viam a ameaça clericalista atrás de todas as tentativas de restauração monárquica (AZZI 1992; BRUNEAU 1974; LUSTOSA 1990; MALATIAN 2001; MARTINS 1978; MICELI 1988; MOURA, ALMEIDA 1990; OLIVEIRA 1990).

51

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *locus* privilegiado e autorizador na elaboração de discursos sobre os tempos pretéritos, foi tragado por este turbilhão. Os estreitos laços estabelecidos com o monarca exilado, uma historiografia comprometida com o projeto monárquico-centralizador-católico do antigo regime e a efetiva participação dos seus sócios na estrutura governativa da burocracia deposta (GUIMARÃES, L. 1995; GUIMARÃES, M. 1988) permitiram que as prédicas dos púlpitos e as manifestações das tribunas entrassem ruidosamente na Casa da História, após a instauração do novo regime. No entanto, principalmente pelas ações empreendidas na gestão de Olegário Herculano de Aquino e Castro (1891-1906), a instituição, passados os difíceis e tormentosos anos dos governos dos Marechais (1889-1894), retomou e ampliou o ritmo dos trabalhos da época em que D. Pedro II conduzia as reuniões periódicas.¹

No IHGB, após 1889, ao lado de fervorosos cristãos, como Conde de Afonso Celso, Barão de Studart, Barão de Ramiz (todos nobres por concessão papal), Eduardo Prado, Carlos Kliet e César Augusto Marques, estavam Cardeais, Bispos, Monsenhores e párocos. A presença de sacerdotes, nos quadros do Instituto, não era novidade. Na sua fundação em outubro de 1838, entre os 27 sócios, estava o atuante cônego Januário da Cunha Barbosa. No ano seguinte, na relação dos 46 sócios efetivos, constavam 4 sacerdotes (WEHLING 1983, p. 9). Ao final do antigo regime, dentre os 19 sócios honorários, havia o Monsenhor

¹ É vasta a produção acadêmica acerca da importância do IHGB, especialmente, para os estudos históricos no e sobre o Brasil. Contudo, sua ampla maioria se detém no período de 1838 a 1888. Uma abordagem de cunho institucional sobre a fase republicana com ênfase a partir de 1907 (GUIMARÃES 2007, *passim*).

Manoel da Costa Honorato e, nos 48 nacionais correspondentes, João Pedro Gay e D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Quase dois anos após a proclamação da República, foi admitido, pela primeira vez sob o novo regime, um integrante da Igreja Católica. Tratava-se do Bispo de Olinda, D. João Fernando Tiago Esberard, em 25 de setembro de 1891. Entre novembro de 1889 e o final da presidência do Barão do Rio Branco, em 1912, ingressaram 23 sacerdotes nos quadros do IHGB. Entre os "sócios de batina" estavam não só os residentes em território nacional, mas também os estabelecidos na Santa Sé como o Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, secretário de Estado do Papa Leão XIII, e D. Jerônimo Maria Gotti, Internúncio apostólico.

A grande maioria dos residentes, no Brasil, tinha destacada posição na hierarquia eclesiástica, como o Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti; os Bispos de Manaus, José Lourenço da Costa Aguiar; de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza; de Cuiabá, D. Carlos Luiz d'Amour; de Niterói e, posteriormente, de Belém do Pará, D. Francisco do Rego Maia; de Petrópolis e depois de Curitiba, D. João Francisco Braga; de Campinas, D. João Batista Correa Nery; de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira; de Belém do Pará e depois de Salvador, D. Jerônimo Tomé da Silva. A proposta de admissão dos sacerdotes seguia, em sua maioria, o § 1º art. 10 dos Estatutos de 1890 ou o § 1º art. 9 dos Estatutos de 1906, isto é, ingressavam no Instituto pelo "consumado saber". Tal nível de sapiência acabava se traduzindo no alto grau hierárquico do religioso. Justificava-se, por exemplo, a candidatura de D. João Esberard por ser um dos virtuosos príncipes da Igreja Católica e Apostólica Romana. (RIHGB 1895, p. 380-1) A indicação dos sócios para ingresso, no Instituto, de D. Jerônimo Tomé da Silva dava-lhe destaque pela aptidão literária e serviços prestados ao Estado e à Religião. Nesta mesma sessão, na proposta para admissão de D. Francisco do Rego Maia constava que os serviços prestados a sua Diocese eram "serviços feitos à nossa civilização" (RIHGB 1897b, p. 329-30). Na do sacerdote D. Joaquim Arcoverde, "pelos importantes serviços prestados à Igreja Católica Apostólica Romana" (RIHGB 1897b, p. 370). Especificamente sobre as contribuições dos prelados aos estudos históricos, destaco a proposta de D. Joaquim José Vieira para sócio honorário, cujas cartas pastorais, conforme a Comissão de Admissão de Sócios, eram "verdadeiros documentos históricos não só inerentes ao desenvolvimento das idéias religiosas no Brasil como também a importantes ocorrências locais" (RIHGB 1908b, p. 669-70). Estes pareceres, confeccionados pelos consócios, mostram, claramente, a aproximação do Instituto com a elite eclesiástica do período: os candidatos ingressariam, no IHGB, como representantes da Igreja. Para o padre Rafael Galanti, o Instituto ao admiti-lo estava honrando a Companhia de Jesus (RIHGB 1897b, p. 316) e para D. João Batista Correa Nery, engrandecendo a religião católica (RIHGB 1911, p. 648-49).

Após a queda do trono, nos pronunciamentos das sessões periódicas, a laicização do Estado foi um dos temas que alimentou as críticas aos governos republicanos. O presidente do Instituto, Aquino e Castro, em discurso de recepção

a D. Joaquim Arcoverde, defendeu o Catolicismo por ser uma “escola de patriotismo”. Lamentava-se que, em outros tempos, compreendiam-se melhor os sentimentos religiosos que davam força e vitalidade ao fervor pátrio. Patriotismo e religião, segundo ele, achavam-se unidos na história dos povos. O “patriotismo ateu” era uma criação “nova, absurda e monstruosa”. Rogava para que o Cristianismo não fosse renegado pela Pátria (RIHGB 1899, p. 651-52). Dentro destas argumentações de defesa, o parecer da Comissão para admissão do Padre Júlio Maria gerou polêmica no Instituto. O relator Barão de Alencar apontou que a Igreja era tão importante como instituição quanto o próprio Estado. Defendeu o direito daquela de reclamar quando se via desprestigiada por este. Para ele, o Brasil, como país católico, tinha assumido uma “temerária responsabilidade” ao inovar desconhecendo a religião tradicional do povo. O Estado, naquele momento, segundo Alencar, desconhecia a doutrina revelada e baseada na fé, essa “faculdade mãe que guia providencialmente o homem em todos os misteres da vida” (RIHGB 1900, p. 334-35). Este parecer da Comissão de Admissão de Sócios forçou o presidente do Instituto a declarar que as considerações do relator, acerca da doutrina católica, eram de caráter individual e não institucional. As explicações decorriam do fato de que o parecer de Alencar não ficou restrito ao interior do Instituto. O secretário na ocasião, Henrique Raffard, eximiu-se da divulgação declarando que não foi a Secretaria do Instituto que fornecera à imprensa cópia dele (RIHGB 1900, p. 339-40). Esta polêmica gerada em cima de seu parecer fez com que o Barão de Alencar pedisse exoneração das Comissões de Admissão de Sócios e de Estatutos e Redação da Revista (RIHGB 1900, p. 343).

Entretanto, os discursos em prol do Catolicismo não cessaram. No parecer da Comissão de História sobre a obra *A Igreja Católica e o Estado* do Monsenhor Vicente Lustosa, o Visconde de Ouro Preto fez a ressalva de que a separação da Igreja Católica do Estado foi “um ato desacertado, impolítico e contrário à consciência da enorme maioria dos brasileiros” (RIHGB 1905, p. 159). Em outra oportunidade, Ouro Preto chegou a afirmar que a maior parte dos brasileiros não havia se desvinculado da Igreja Católica e “continuará a consagrar-lhe, com veneração filial, profundo amor numa fé inquebrantável” (RIHGB 1908a, p. 440-41). O Barão de Loreto, por sua vez, elogiou o sentimento religioso que havia no Império “naquela época de fé em que não se tentava substituir a santa religião do Cristo pela *religião da Humanidade*” (RIHGB 1897a, p. 340, grifo no original). O padre Júlio Maria, com uma postura mais conciliadora, também se posicionou diante desta polêmica, dizendo que aceitava a nova forma de governo, pois lhe era indiferente. A legislação, com seus erros e omissões, é que deveria ser combatida quando fosse infensa ao Catolicismo. Júlio Maria pregava a aceitação da República harmonizada com a religião, a fim de acabar com aquilo que ele observava nos colégios e academias, através de uma mocidade não instruída no Catolicismo, e na direção da sociedade, pelos que acreditavam na incompatibilidade dos dogmas católicos com a razão e a ciência (RIHGB 1900, p. 375-81).

Além da apologia, há, nos discursos dos sócios publicados na Revista, o uso constante de metáforas de cunho religioso. O IHGB, para João Xavier da Mota, era um templo da História pátria (RIHGB 1893, p. 367). O caráter sereno em prol da tradição, diante dos acontecimentos políticos, dava ao Instituto, conforme Damasceno Vieira, a característica de um “tabernáculo santo erguido aos ombros de dedicados levitas” a atravessar as tempestades contemporâneas, guardando em seu interior os “graníticos monumentos” de suas constantes investigações (RIHGB 1893, p. 315). Alfredo do Nascimento Silva, como orador do Instituto, de forma semelhante, se referia aos sócios-historiadores como “levitas que labutavam em preservar a arca santa das tradições do povo” (RIHGB 1896, p. 342 e 433).

Padre Belarmino comparava o homem, que estudava e investigava, a um asceta, que meditava e orava, pois, após colher os elementos de nossa história, trazia-os para o Instituto como o sacerdote levava “a hóstia do sacrifício” para o altar (RIHGB 1897a, p. 285-86). Se, porventura, o IHGB viesse a fechar as suas portas, Antônio Zeferino Candido dizia que, mesmo sem o seu templo, “a tribo de Levi” vagaria tendo a Revista do Instituto como uma Bíblia onde permaneceria “eternamente gravada a história do povo de Deus” (RIHGB 1900, p. 395). Souza Pitanga, ao ser admitido no Instituto, via-se ungido como um crente penetrando sob os umbrais do “santuário de nossas tradições” em cujo culto ele faria companhia aos “consagrados levitas” que lá estavam (RIHGB 1902a, p. 479). Nesse santuário, segundo ele, a liturgia era simples: o culto da ciência e da História, praticando-se uma religião livre de toda a impureza da intolerância e do fanatismo (RIHGB 1902a, p. 517). Ao se reportar à entrada de Eduardo Prado, no Instituto, Souza Pitanga o viu como um “templário” em sua peregrinação ao Sepulcro do Divino Mestre (D. Pedro II), a fim de receber a sua “investidura” (RIHGB 1901, p. 392).

Conforme Belisário Pernambuco, os “evangelizadores do saber”, juntos em um “apostolado científico”, eram tidos como “verdadeiros apóstolos do patriotismo”, que se empenhavam na pugna científica através da investigação dos pergaminhos (RIHGB 1901, p. 266). Luiz Henrique Pereira Campos se referia aos sócios como “os paladinos da cruzada santa” e ao Instituto, um “santuário de chão abençoado” (RIHGB 1905, p. 208). Cândido de Oliveira, ao lá ingressar, dizia-se dominado por um “terror religioso, que se apossa dos espíritos em frente das cousas sagradas” (RIHGB 1906, p. 436). João Coelho Gomes Ribeiro comparava o IHGB aos mosteiros medievais que guardavam e cultuavam o “fogo sagrado do amor à ciência”. A este “claustro majestoso” ele vinha pedir guarida como um peregrino (RIHGB 1911, p. 638). Nesta mesma sessão, após o Bispo de Campinas ter equiparado os sócios a monges, Afonso Celso, como Orador na ocasião, agradeceu e reiterou tal semelhança pela “austeridade de suas normas, pureza de seus ideais, união e concórdia de sua comunidade” (RIHGB 1911, p. 638 e 667).

Entre a laicização e catolicização do Estado brasileiro, em que pese a postura moderadora-conciliadora da diretoria, o Instituto não calou as vozes

de seus sócios, novos ou antigos, na defesa da Igreja Católica; a elite eclesiástica, por seu notório saber, sentou-se lado a lado, nas sessões periódicas, com outras figuras da intelectualidade e da burocracia brasileira, contribuindo para o recrudescimento do quadro social da instituição e para o tom polissêmico dos ditos e escritos; a presença de nostálgicos homens de letras, incluindo atuantes restauradores, que criticavam as diretrizes secularizantes dos novos governos, não comprometeu os êxitos da diretoria da instituição em suas estratégias de aproximação e manutenção do mecenato, não mais da Coroa, e sim de um Estado laico.

A História entre a ciência e a fé

O imbricamento da ciência com a fé, nos discursos publicados na Revista do Instituto, extrapolou o simples uso metafórico, exigindo de alguns sócios explicações mais robustas. Convém, antes de prosseguir na análise, destacar o momento de inflexão pelo qual o Catolicismo estava passando. Na segunda metade do século XIX, mundialmente, a Igreja Católica se submeteu a profundas remodelações. O Papado de Pio IX (1846-1878) se caracterizou pela retomada de ações enérgicas de Roma na condução dos negócios eclesiásticos. Durante seu pontificado, foi celebrado o *I Concílio do Vaticano* (1869), cujas diretrizes gerais eram:

55

[...] contra a fatuidade da ciência natural, a revelação divina; contra a moral 'científica' laica, a moral cristã de origem divina; contra o naturalismo na visão do homem e da vida, o 'supranaturalismo', o transcendentalismo católico; contra a sociologia, o direito natural de fundamento divino; contra a pretensão exclusiva das línguas vivas, o latim; contra o laicismo, a educação religiosa; contra a razão, a fé; contra o império que se seculariza e se aproxima da república, a 'teocracia' – em uma palavra, contra a cidade dos homens, a cidade de Deus (BARROS 1986, p. 51-52).

Tais ações acabaram por colocá-la em uma posição de isolamento num mundo em que predominava a idéia de progresso contínuo, fundado sobre o desenvolvimento da ciência. Entretanto, nos últimos anos do século XIX, a Igreja, já sob o pontificado de Leão XIII (1878-1903), propôs uma harmonização entre a razão, a ciência e o discurso católico. Roma almejou uma "reconciliação com o mundo moderno" (OLIVEIRA 1990, p. 161). Em razão disso, quando da proclamação da República no Brasil, as questões políticas suscitadas pela formação de um Estado laico ligavam-se a outras mais gerais englobando a doutrina católica. Antes da instauração do novo regime, havia uma indiferença recíproca, uma "quase dissociação", entre a Igreja e o século, entre a religião e as "forças vivas da sociedade". Após 15 de novembro de 1889, contudo, iniciou-se o mais vigoroso movimento católico já visto no país "pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpenetração da Igreja e do século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional a um tempo e pela combatividade" (AZEVEDO 1996, p. 260-261). É nesse rearranjo dos espaços de experiências

e horizontes de expectativas (KOSELLECK 2006) na conduta católica que os discursos, não só mas principalmente dos “sócios de batina” no Instituto Histórico, devem ser considerados. Suas falas sobre a História, ciência e fé procuravam seguir um programa preconizado pelo Vaticano. Nas palavras de alguns dos membros do IHGB estavam expressas as tentativas de reconciliação da Igreja com o mundo moderno.

Seguindo tais ditames, a religião, de acordo com o sócio Monsenhor Vicente Lustosa, não era somente uma crença, era também uma ciência. Crença, pois muitas verdades reveladas ainda pairavam acima da inteligência; e ciência, porque a revelação da palavra, como um fato histórico, poderia ser demonstrada pela Filosofia e pela História. A religião e a ciência não eram incompatíveis devendo viver “eternamente unidas”. Vicente Lustosa atacava a “crítica moderna” que dava uma origem mitológica à Bíblia, ressaltando que a religião cristã era inacessível ao mito. De acordo com o sacerdote, à incredulidade pela religião cristã respondia a ciência com a veracidade de três fatos que formavam “o tecido da história religiosa”, a saber, o povo hebreu, Jesus Cristo e sua Igreja (RIHGB 1905, p. 183-96). D. João Esberard, Bispo de Olinda, em seu discurso de posse, criticou aqueles que propagavam a falsa idéia de que existia antagonismo entre a religião e a ciência, entre a fé e a razão. O imaginado conflito entre elas era impossível pois, de acordo com a argumentação do Bispo, tanto a fé como a ciência buscavam a verdade. Enquanto a fé católica procurava a verdade revelada por Deus, a ciência tinha por objeto a verdade descoberta pela razão. Ambas tinham o mesmo objeto, ambas procediam de Deus e ambas deveriam conduzir os homens a Ele. Segundo Esberard, era descabido ter preconceito porque os preâmbulos da fé, estabelecidos por São Tomás de Aquino, eram fornecidos pelas ciências racionais. O dogma da fé católica era confirmado pelas ciências. E dentre elas, a História com suas leis e processos confirmava a revelação cristã como um grande fato acontecido. Em razão disso, o Bispo de Olinda viu no convite feito pelo Instituto Histórico para seu ingresso a aceitação de um homem de fé para laborar em prol do “aumento do patrimônio científico” (RIHGB 1892, p. 286-287).

A relação entre a História e a religião fora destacada, também, no discurso de posse de D. Joaquim Arcoverde ao apontar que os estudos históricos se mostravam proveitosos “quando iluminados pelos clarões do Evangelho”. A História era relevante para mostrar a direção dada pela Providência Divina aos passos da Humanidade. Em todas as transformações mundiais, no decurso dos séculos, se observava, de acordo com Arcoverde, o triunfo da Providência. O governo de Deus se manifestou no passado dos povos, cujo destino era conduzido por Ele (RIHGB 1899, p. 650). O padre Júlio Maria, de semelhante maneira, apontou que era a razão que averiguava as provas da fé e que atestava a possibilidade, a utilidade e o fato da revelação. Os dogmas e os mistérios eram superiores à razão, mas não contrários. A fé católica não excluía a razão nem a ciência. Para Júlio Maria, a ciência da nossa época era a ciência dos fatos – a História. Verificaríamos, segundo ele, que nos tempos pretéritos não houve

outra ocorrência com tantas características de um fato histórico como o Cristianismo, que, por sua vez, era todo histórico, seja no fundo, como na forma. No fundo, pois os seus dogmas eram fatos, e na forma, porque se caracterizava pela narração destes fatos. O Cristianismo, assim, não era somente uma doutrina, era a própria História (RIHGB 1900, p. 370-79).

No discurso de posse do Monsenhor João Guedelha Mourão, foi enfatizada a perfeita harmonia entre a Igreja e a História. Tal identificação era oriunda do fato de ter sido a religião cristã, através da Bíblia, exposta em forma narrativa pelos seus autores. Além disso, a Igreja constantemente se consagrava ao estudo da História, como se podia observar, por exemplo, na ação do Papa Leão XIII de franquear os arquivos do Vaticano às investigações dos eruditos para conhecimento dos fatos, “nas fontes mais puras”, sobre os quais haviam divergências. Aos “pseudo-sábios” que procuravam converter a História em “arsenal de guerra” contra a Igreja, Guedelha Mourão disse que tais acusações só atingiam o lado exterior e contingente da Igreja e não a sua vida interior, seus intuitos sublimes e sua ação santificadora no mundo. A História, para ele, era a melhor apologia da Igreja ao atestar a sua perpetuidade em vinte séculos de grandes dificuldades e por em evidência a ação sobrenatural de Deus (RIHGB 1902b, p. 532-4). Se a força de tais reflexões pode ser relacionada à atividade sacerdotal destes sócios, ciência, religião e História também se imbricavam nos discursos dos sócios leigos. A ciência e a religião possuíam, para Souza Pitanga, um “nexo lógico e necessário” na condução progressiva e harmônica da evolução da Humanidade e estavam protegidas por um “anjo misterioso e benfazejo”: a História. Graças a essa ação tutelar, a ciência acumulou todos os documentos e monumentos para edificação da Humanidade. Ao lado das ciências, Souza Pitanga colocava a fé como o mais alto traço da superioridade humana ao lhe iluminar a alma com a idéia de Deus (RIHGB 1907, p. 655). De acordo com o Marquês de Paranaguá, a religião não renunciava à História, pois possuía nela seus fundamentos essenciais. A História era a fiel depositária dos sucessos da Igreja através dos séculos (RIHGB 1908a, p. 436). Mas estas prédicas não foram feitas sem discordâncias entre os ouvintes. Contrapondo-se a elas, destaco as considerações de dois sócios.

O discurso de Alfredo do Nascimento Silva, como 2º secretário, na sessão comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento da América, causou indignação em alguns de seus colegas. Maximiano Marques Carvalho chegou a escrever uma carta ao presidente do Instituto, atacando a afirmação de Nascimento Silva de que o homem não fora criado à imagem e semelhança de Deus, sendo considerado somente um átomo que se movia como todo o Universo. Cristóvão Colombo, que fora um homem muito religioso e temente a Deus, se estivesse vivo, ficaria insatisfeito, segundo Marques Carvalho, com as afirmações de Nascimento Silva. Para Marques Carvalho, não haveria problemas se, pessoalmente, o secretário acreditasse que ele próprio era um átomo da matéria, mas não deveria fazer proselitismo no Instituto Histórico. Solicitou, por isso, que se anexasse à transcrição daquele discurso, nas páginas da Revista, sua carta protestando contra as “idéias positivistas” de Alfredo do Nascimento

Silva, fazendo constar que tais doutrinas não eram defendidas pelo IGHB (RIHGB 1893, p. 370 e 379). Já não era de agora que este sócio protestava contra o que ele chamou de Positivismo, como se observa em uma das sessões do Instituto em 1884. Naquela oportunidade, Marques Carvalho alertou que uma nova escola havia se levantado na França, propondo-se ressuscitar as idéias de Demócrito e Epicuro, entre os antigos, e de Bento Espinosa e Augusto Comte, entre os modernos. Esta escola designava-se positivista (RIHGB 1884, p. 593).

Tais admoestações não calaram Nascimento Silva. Como Orador na sessão Magna em 1897, diante de uma assistência na qual estavam presentes os Bispos D. Jerônimo Tomé da Silva e D. Francisco do Rego Maia, ele afirmou que, durante o processo evolutivo, o domínio da razão e as leis da natureza vinham sobrepujando o domínio da imaginação e da fé. O orador acreditava serem inúteis as discussões sobre as relações da religião com a ciência. Para Nascimento Silva, quando a ciência conseguisse demonstrar a causalidade de todos os fenômenos terá completado o seu ciclo, destruindo inúmeros erros firmados pelos dogmas da Igreja. A ciência dia-a-dia vinha atacando a concepção teológica da causalidade sobrenatural, através do estabelecimento de leis que ligavam todos os fenômenos, subordinando-os em uma relação de causa e efeito. Diante disso, a religião se via obrigada a aceitar as “verdades positivas” demonstradas pela ciência em substituição a muitos de seus dogmas. Mas esta substituição deveria ser cautelosa, pois segundo Nascimento Silva, o Catolicismo era também a religião das massas populares. Abalar a fé daqueles que estavam alheios ao *culto da Humanidade* era inútil e até perigoso. A religião funcionaria como um escudo, justamente, contra esta “grossa falange” (RIHGB 1897b, p. 487-489).

Assim como Nascimento Silva, seu colega, Pedro Lessa, demarcou os limites entre a ciência e a fé. A Providência, assim como o acaso, não oferecia fundamento racional para uma explicação científica, pois exprimia uma vontade superior sem a necessidade de leis. Ademais, ressaltou que, ao se propagar uma descoberta da ciência que contrariava os textos bíblicos, a Igreja tratava de, inicialmente, declarar uma guerra cruel contra os propugnadores da nova idéia para, em seguida, oferecer uma doutrina oposta fundamentada nos livros sagrados. Por último, tentaria uma conciliação entre os textos sacros e a verdade científica. Lessa se mostrava otimista quanto ao embate da ciência contra a religião, pois a ciência acabaria por triunfar (RIHGB 1908a, p. 193-285).²

Incompatível para alguns e perfeitamente harmonizável para outros, as discussões sobre História, ciência e fé marcaram os discursos dos sócios em pleno início do século XX. No contexto europeu, paradoxalmente, as idéias cristãs penetraram nos livros modernos de História, nos séculos XVIII e XIX, quando a fé no Cristianismo estava em sua maior baixa. E, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o número de historiadores profissionais que tomavam

² O sócio Augusto Olímpio Viveiros de Castro, ao redigir a biografia de Pedro Lessa, dizendo-se “filhado à doutrina católica” questionava estas idéias do falecido, vide: (CASTRO 1927, p. 343-58).

a Igreja por uma instituição divina aumentou no lugar de diminuir (MOMIGLIANO 2004, p. 211-217). Diante disso, ao retomar os estudos sobre os primórdios do Instituto (1838), deparei-me com a afirmação de que o antiprovidencialismo iluminista dos fundadores do IHGB recusava a idéia agostiniana de um processo histórico fixado por Deus (WEHLING 1983, p. 14-15). No entanto, mais de cinquenta anos depois, a Providência era um elemento que não poderia ser relegado dos estudos históricos realizados pelos sócios do Instituto. A História, ao final do século XIX e limiar do XX, encontrava-se em meio aos debates entre a fé e a razão, buscando se legitimar através das leis da Natureza, dos homens ou de Deus.

As contribuições litúrgicas para a escrita da História do Brasil

Um dos maiores historiadores brasileiros do Dezenove, Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de *História Geral do Brasil* (1854-1857), além de uma concepção providencialista e metafórica da História, exaltou a contribuição da religião como um instrumento civilizador. Porém, foi um crítico da Igreja quando esta comprometeu a presença do Estado. Neste sentido estavam focadas suas diatribes contra a ação dos jesuítas no Brasil (ODÁLIA 1997, p. 79-81). Posteriormente, Capistrano de Abreu, a mais lúcida consciência da historiografia brasileira (RODRIGUES 1997, p. LVI), em obra publicada em 1907, *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, contemporânea aos debates no IHGB aqui analisados, afirmou que era urgente uma história dos jesuítas, para que se pudesse escrever a do Brasil (ABREU 1998, p. 175).

No Instituto, seja pelos estatutos ou pelo reiterado posicionamento dos sócios, não havia o objetivo de escrever a História do Brasil, mas auxiliar na sua preparação. O grande livro se constituiria na abrangente e definitiva obra que seria escrita reunindo os vários documentos e relatos. No limiar da República, além de faltar fontes para tal intento, os ódios, paixões e partidarismos impediriam, segundo eles, a sua redação. Somente o tempo traria o apaziguamento das fortes emoções, possibilitando uma crítica imparcial para que, no futuro, pudessem escrevê-lo. A partir da Revista do Instituto, os futuros historiadores teriam sólidas bases para assentar uma obra monumental. Os pósteros iriam encontrar, nas páginas do periódico, os subsídios e dados seguros acumulados para que pudesse ser escrita com "verdade, retidão, crítica e imparcialidade" a História da Pátria (RIHGB 1897b, p. 340). Enquanto isso, os religiosos laborariam como obreiros para os arquitetos do amanhã e seus relatos entrariam como potenciais peças neste constructo. Sobre a expressividade de tal contribuição, em uma das últimas sessões sob o Império, o presidente na ocasião, Joaquim Norberto de Souza e Silva, enunciou as vantagens de tê-los no quadro social do Instituto Histórico. Os prelados, ao percorrerem em visita as suas vastas dioceses, poderiam escrever diários de viagens sobre suas impressões, sendo tal material de grande proveito ao Instituto e à Pátria (RIHGB 1889, p. 485). A estes relatos somavam-se as manifestações nas sessões periódicas, mesclando-se as dos demais consócios. Entre 1889 e 1912, observa-se, na Revista

do Instituto, tanto documentos e relatos sobre o papel dos sacerdotes (e da Igreja), como redigidos por eles. Deste amplo leque de trabalhos, seleciono alguns para exemplificar como as contendas políticas e eclesiásticas fomentavam as historiográficas e, primordialmente, quais seriam as propostas para a escrita futura da História do Brasil.

No parecer da Comissão de História sobre a obra de José Feliciano de Oliveira, *O Descobrimento do Brasil, esboço de apreciação histórica*, as discussões sobre a casualidade ou premeditação da ação de Cabral, no descobrimento do Brasil, envolviam a mão de Deus (RIHGB 1905, p. 265-66). A descoberta deveria ser vista, de acordo com o bispo Correa Nery, como fruto da forte fé de Portugal. Teria sido ela o segredo de todas as grandezas lusitanas, “o ponto de apoio de todas as suas conquistas e a explicação de todo o seu renome”. Fora a fé que lhe imprimiu a força vivaz. Pedro Álvares Cabral, ao receber de D. Manuel a bandeira da Ordem de Cristo, se portou como o apóstolo preparado por Deus para alargar as conquistas gloriosas da cruz (RIHGB 1911, p. 650). A história no Brasil, de acordo com Guedelha Mourão, só havia começado quando os europeus aqui chegaram trazendo a ação redentora da Igreja. Desde a época colonial era visível nas múltiplas fases da sua existência “a colaboração civilizadora da Igreja” (RIHGB 1902b, p. 532-4). A essa ação conversora da religião no passado do país justapunha-se, segundo Correa Nery, o patriotismo ao aconselhar, confortar e inspirar os feitos de nossos heróis (RIHGB 1911, p. 658).

O padre Rafael Galanti destacou que a Companhia de Jesus, preocupada desde outrora na educação da mocidade, desejava, através de seu ingresso no Instituto em 1897, promover o estudo da história pátria, a fim de estimular os jovens na imitação das façanhas gloriosas dos antepassados (RIHGB 1897b, p. 316). José Luiz Alves se dizia um apologista dedicado e sincero das ordens religiosas. Ricos de tradições, para não serem apagados da memória do povo, defendia que: “A ressurreição gloriosa do passado dos claustros e do clero fará forçosamente renascer a crença no presente, e preparará um futuro tão glorioso como foi o passado” (ALVES 1895, p. 43). Outro exemplo está no artigo *Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema ‘Uruguay’ de José Basílio da Gama*, onde o autor (anônimo) ressaltou sua grande veneração pelos relevantes serviços prestados por estes religiosos.³ O padre Júlio Maria, por sua vez, disse que de forma semelhante à história geral do mundo não havia na história particular do Brasil um “fato mais perfeitamente histórico” que a religião católica. Além de ser o Cristianismo a religião histórica do povo brasileiro, o Catolicismo era um “fato histórico por excelência” na história do país. Fora a religião católica que educou o Brasil, fazendo dele um povo civilizado. Nesta empreitada, o IHGB aparecia entre a Pátria e Cristo:

³ Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema ‘Uruguay’ de José Basílio da Gama. (RIHGB 1907). Não consta a autoria nesta publicação. Entretanto, no índice da Revista (n. 400, 1988) aparece Lourenço Kaulen como autor.

[...] no Brasil os usos e os costumes, as tradições, o sentimento nacional, as famílias, os lares, os templos, as próprias pedras, em cujo cimo se elevam os Cruzeiros, tudo diz, tudo exclama, tudo brada: o Brasil pertence a Jesus Cristo. [...] Se o intuito supremo do Instituto Histórico é *glorificar a Pátria revelando a sua história*, que fato da história pátria glorifica mais o Brasil do que a religião de Jesus Cristo (RIHGB 1900, p. 372-3, grifo no original)

61

A publicação de artigos com enaltecimentos e desmerecimentos foi recorrente na Revista envolvendo outras situações neste conflituoso período.⁴ Joaquim José Gomes da Silva Neto, em dois artigos publicados ao final do século XIX, realizou os maiores ataques ao Catolicismo e, mais particularmente, aos jesuítas. Em *História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo*, o autor analisou o segredo que envolvia a jazida da Serra do Castelo, estabelecida por volta de 1551. Neste estudo, Silva Neto apontou o “hábito afoito” que os padres tinham de se lançarem em empresas arriscadas, mas lucrativas, inspirados pela ambição de dominar dissimulada por pretextos de missões evangélicas. Internavam-se, nos sertões, em busca de metais preciosos. Em tom irônico, o autor designou-lhes de *desinteressados* e *generosos* padres, *louros neófitos*, *bons* religiosos e *dignos* missionários. Além da prática mineradora, o autor fez referências aos pecados carnis destes padres ao levarem para a selva o rebanho das ovelhas mais novas, as *cunhatins* [moças], e alojarem-nas perto de si. Para Silva Neto, aqueles religiosos tinham a ambição, a cobiça e a avareza grafadas na testa. E, apesar de mais poderosos que reis, não tiveram, segundo ele, “forças para deterem o braço armado do destino”. As más paixões conduziram-nos à morte moral (RIHGB 1893, p. 35-58).

Três anos depois, foi publicado outro trabalho de sua autoria que versava sobre as artimanhas dos religiosos na aquisição de terras auríferas. Neste artigo, intitulado *Terras auríferas do Caparaó*, Silva Neto apontou que, independente das fontes que defendiam a descoberta destas minas pelos jesuítas ou por alguns aventureiros desagregados da Bandeira de 1572, o fim de ambas era o mesmo, ou seja, capturar o gentio e procurar o metal precioso. Na composição da Companhia de Jesus, além de jesuítas sábios e bons, não poderiam ser esquecidos os maus e ignorantes (SILVA NETO 1896, p. 249-83). As críticas de Silva Neto juntavam-se às de Souza Pitanga que, no artigo *O selvagem perante o direito, aspecto americano da comemoração do centenário*, publicado em 1901, apontou o abandono da missão catequética dos jesuítas por reduções “fanáticas e políticas” na busca da supremacia temporal de sua ordem. Deste modo, contribuíram para a decadência dos indígenas através de um processo exótico de civilização, impregnando-os de um servilismo fanático, restringindo-os

⁴ As contribuições de D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e dos movimentos contestatórios ao poder monárquico para a História do Brasil foram rediscutidas e ressignificadas, no IHGB, após a queda do trono.

os a perímetros limitados, contrapostos a seus hábitos nômades, e exercendo sobre eles um poder quase divino (PITANGA 1901, p. 19-38).

Na missão maior do Instituto de coleta e arquivagem de documentos, o sócio Luiz Antonio Ferreira Gualberto questionou o trabalho dos primeiros cronistas que, segundo ele, eram, na sua grande maioria, sacerdotes católicos. O estudo sobre o passado do país se restringia a relatos sobre o advento de missões, à edificação de conventos e igrejas, ao aldeamento de indígenas, à biografia de missionários e à narração de seus martírios e milagres, à conversão dos gentios pelo batismo, enfim, à consagração da fé católica. Além de limitar os estudos, tal visão dava aos acontecimentos pretéritos uma interpretação pela ação de Deus, julgando os fracassos como castigo e os sucessos como bênção. Ferreira Gualberto rogava, por isto, que a esfera das investigações das cousas pátrias pelos sócios do Instituto fosse alargada e que o preconceito religioso, extrapolado (RIHGB 1909, p. 564).

* * *

Os debates sobre a ciência deram novo ímpeto às ações da Igreja Católica, fazendo com que os estudos históricos estivessem inseridos nas discussões sobre a cientificidade da fé. Estas controvérsias que aqui aportavam, oriundas de uma miríade de teorias de além-mar, alimentavam este *melting-pot*. Por isso, devemos ter cautela em não partirmos de uma cientificidade assentada e unânime dos estudos históricos, fazendo rápidas e descauteladas relações com o ambiente historiográfico europeu ocidental. As próprias concepções dos sócios do IHGB sobre o que constituía uma ciência da História diferem de outras propagadas no período, que associavam cientificidade com objetividade, imparcialidade e neutralidade. Para a grande maioria deles, a existência de leis é que daria um caráter científico à História, ou seja, falar de ciência implicava encadear os fatos culminantes no passado da Pátria para verificar as relações de subordinação e dependência entre eles. No entanto, se isto era possível ou não, as discussões arroladas nas páginas da Revista do Instituto mostram novas polêmicas.⁵ Às leis históricas no passado misturavam-se as leis divinas. A mão da Providência legitimava os estudos históricos e amarrava o passado ao presente e ao futuro do país. Estas indefinições epistemológicas vinham fomentar o mal-estar de uma consciência histórica (GADAMER 2003, p. 17-18) entre os consócios, alicerçada num difuso projeto historiográfico praticado no IHGB.

Os religiosos, como obreiros diligentes e zelosos, tinham uma efetiva contribuição aos estudos históricos por suas peregrinações em amplos espaços do território nacional e porque representavam a maior instituição propagadora

⁵ A possibilidade de extrair ou não leis do passado está diretamente relacionada com o caráter autônomo, subordinador ou auxiliar da História para com outros campos do saber como a Geografia e a Sociologia. Tais discussões envolvem, também, as Filosofias da História.

da Civilização Universal. Além disso, o amor à Pátria viria através do exercício do amor a Deus: do púlpito emanariam lições de patriotismo. O nó górdio do Catolicismo estava na falta de comprovação documental. A fé, a crença e o dogma dispensavam a necessidade de documentos. Que maior prova do que a vontade divina? A própria religiosidade estava a alimentar muitas das lendas sobre o passado do país que deveriam ser extirpadas pela crítica documental. No entanto, não se poderia dispensar esta imensa rede de testemunhos com seus registros e estudos pelos mais distantes cantões do país. Assim como os clérigos se utilizavam da História para legitimar suas pregações, os historiadores não poderiam dispensar a estrutura da Igreja Católica em suas pretensões arquivísticas, patrióticas e civilizadoras. Se o vínculo condicional entre o Catolicismo e a História era veementemente defendido, haveria mais um motivo para excluir alguns sujeitos/povos dos estudos sobre os tempos pretéritos: seu não pertencimento ao rebanho de Cristo.⁶ Definia-se, de igual forma, o marco delimitador e inaugural da história em terras brasílicas: a chegada dos evangelizadores. O grande livro a ser escrito – a História do Brasil – beberia dos ensinamentos de outra monumental narrativa – as Sagradas Escrituras. E, através das profecias sagras ou das leis históricas, o futuro da Pátria poderia ser descortinado.

Esta análise da operação historiográfica (DE CERTEAU 2006) nos trabalhos publicados pelos sócios do IHGB, entre 1889 e 1912, com ênfase na temática religiosa, foi enriquecida pelas características do momento, ou seja, pelas profundas e amplas transformações na sociedade brasileira. Uma conjuntura privilegiada pela rearticulação entre espaços de experiências e horizontes de expectativas, não só no campo político, mas sobretudo historiográfico. Dessa maneira, no final da Monarquia e limiar da República, pelo lugar, práticas e escritas, o lema do Instituto – *pacifica scientiae occupatio* – não destoaria, para a maioria, se colocado ao lado daquele da Companhia de Jesus – *ad maiorem Dei gloriam*!

Referências bibliográficas

- ABREU, C. de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- ALVES, J. L. **Os claustros e o clero no Brasil**. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, 1895.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996.

⁶ Os povos civilizados e com escrita eram estudados pela História; os povos selvagens e ágrafos caberiam à Etnografia. De acordo com o sócio João Coelho Gomes Ribeiro, somente os povos cultos poderiam fornecer a matéria-prima das indagações históricas, cf. (RIHGB 1911, p. 642). Não havia um consenso no IHGB a respeito do papel dos índios e negros na história brasileira. Especificamente sobre o trabalho de von Martius, Cezar aponta que os índios, juntamente com os portugueses, fariam parte da História do Brasil, ao contrário dos africanos que apenas teriam relações para com ela (CEZAR 2003, p. 202).

- AZZI, R. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a idéia de Universidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BRUNEAU, T. C. Conflito e separação entre Igreja e Estado. In: _____. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 57-75.
- CASTRO, A. O. V. de. O ministro Pedro Lessa. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 94, v. 148, 1927.
- CASTRO, O. H. de A. e. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 60, parte 2, 1897.
- CASTRO, O. H. de A. e. O Quarto Centenário do Brasil. In **RIHGB: Suplemento Especial**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1901.
- CEZAR, T. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 173-208.
- DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GADAMER, H. G. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- GUIMARÃES, L. M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- KAULEN, Lourenço. Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema 'Uruguay' de José Basílio da Gama. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 68, parte 1, 1907.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, 1908.
- LUSTOSA, O. de F. (Org.). **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MALATIAN, T. M. Confronto de projetos. In: _____. **Império e Missão**: um monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 19-25.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**: 1877-1896. São Paulo: Cultrix, 1978. v. 4.
- MICELI, S. A transição do regime de Padroado para o novo status político no regime republicano. In _____. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Difel, 1988. p. 11-29.

MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MOURA, S. L.; ALMEIDA, J. M. G. de. A Igreja na Primeira República. In FAUSTO, B. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano (Sociedade e Instituições, 1889-1930). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v. 2, p. 323-342.

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

OLIVEIRA, L. L. Terra de Santa Cruz. In: _____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 159-174.

PITANGA, A. F. de S. O selvagem perante o direito, aspecto americano da comemoração do centenário. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 63, parte 1, 1901.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 47, parte 2, 1884.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 52, parte 2, 1889.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 54, parte 2, 1892.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 55, parte 2, 1893.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, 1895.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 58, parte 2, 1896.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 59, parte 2, 1897a.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 60, parte 2, 1897b.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 61, parte 2, 1899.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 62, parte 2, 1900.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 63, parte 2, 1902a.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 64, parte 2, 1901.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 65, parte 2, 1902b.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 66, parte 2, 1905.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 67, parte 2, 1906.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 68, parte 2, 1907.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, 1908.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, 1908a.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 70, parte 2, 1908b.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 71, parte 2, 1909.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 74, parte 2, 1911.

ROCHA, Alfredo Augusto da. As Caixas Econômicas e o Crédito Agrícola, na 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 71, parte 2, 1909.

RODRIGUES, J. H. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In _____. (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 1, p. XXXVIII-LVI.

SILVA NETO, J. J. G. da. História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 55, parte 2, 1893.

SILVA NETO, J. J. G. da. Terras auríferas do Caparaó. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 58, parte 2, 1896.

SILVA, A. do N. Um átomo da história pátria, sociedade amante da instrução.

RIHGB, Rio de Janeiro, t. 55, parte 2, 1893.

WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 338, p. 7-16, 1983.